

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

CADERNO DE PROVA
LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Prezado(a) Candidato(a),

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém as questões objetivas com 70 (questões) itens, ordenados de 01 a 70, com alternativas de A a D; sendo apenas uma alternativa é correta. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala as providências cabíveis.
2. Durante a prova não poderá ser utilizado nenhum material de consulta. Não se comunique com outros candidatos, não use chapéu, óculos escuros, relógio e nem se levante sem autorização do Fiscal de Sala.
3. O cartão-resposta deverá ser preenchido, pelo(a) candidato(a) com caneta esferográfica TRANSPARENTE de tinta azul ou preta, devendo cobrir inteiramente o espaço correspondente à alternativa escolhida. O cartão não poderá ser rasurado, dobrado ou amassado. Não haverá substituição de cartão-resposta.



4. A assinatura do(a) candidato(a) no cartão-resposta é necessária e fundamental para sua identificação e pontuação neste certame.
5. O(a) candidato(a) somente poderá entregar a prova depois de transcorrida, pelo menos, 1 (uma) hora de seu início. Após a entrega, o(a) mesmo(a) deverá retirar-se da sala e do local de prova, não podendo mais ir ao banheiro.
6. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
7. O(a) candidato(a) poderá levar o caderno de questões, SOMENTE, nos últimos 30 minutos de prova.
8. A avaliação da prova objetiva levará em consideração somente as respostas transferidas para o cartão-resposta.
9. Caberá recurso sobre o conteúdo da prova de acordo com cronograma e após a divulgação do gabarito, que estará disponível no site <https://funatec.org.br>

Boa prova a todos!

As questões 01 a 03 referem-se ao texto abaixo:

DUAS OU TRÊS PALAVRAS A RESPEITO DE NEUTRALIDADE POLÍTICA

O KRISIS vem a público manifestar-se criticamente diante das propostas legislativas que visam constituir o Programa Escola sem Partido. Esse Programa pretende controlar a forma e a função do ensino, tornando obrigatório um conjunto de procedimentos para os professores, resguardando a educação do “abuso da liberdade de ensinar”. Evitando com isso qualquer tipo de “doutrinação” nas escolas, o que incluiria de forma bastante combativa a “teoria ou ideologia de gênero” e qualquer “cooptação político-partidária ou ideológica”. É um Programa, portanto, que se arvora na responsabilidade de substanciar a educação nacional atendendo aos seguintes princípios: neutralidade (política, ideológica e religiosa do Estado), pluralismo (de ideias no ambiente escolar), liberdade (de aprender e de ensinar, de consciência e de crença), vulnerabilidade (do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado) e direito (compreendido como liberdade de consciência e de crença do aluno, em acordo com as convicções dos pais). Configura-se assim como um esforço para evidenciar os alegados perigos do que chama de “prática da doutrinação política e ideológica nas escolas”. Mas esse esforço de mostrar com clareza, lucidez e iluminação apresentam seus próprios problemas.

Afinal de contas, cada época possui a sua confortável e danosa iluminação – poder-se-ia dizer em companhia do filósofo italiano, Giorgio Agamben. As luzes do tempo são como métricas ou normalizações, irradiando um senso majoritário que deve servir ao pensamento e à moral, ou, de todo modo, ao debate das questões públicas. Como tal, elas fazem da escuridão uma condição privativa de visão, como se só pudéssemos enxergar sob as condições positivas e adequadas propiciadas pela incidência de luz. Luz versus escuridão, uma diferença absoluta... e quase já podemos ver outros pares conformadores do nosso pensamento e moral: bem/mal, belo/feio, normal/patológico, razão/loucura, real/imaginário, ciência/ideologia. Contra essas oposições espúrias, cada época também possuiu suas resistências, suas/seus renitentes perambuladoras/es de trevas em trevas, suficientemente habilidosas/os e corajosas/os para desinibir as células periféricas de suas retinas (off-

cells), com as quais puderam exercer aquela experiência singular de visão que se processa toda vez que apagamos as luzes e damos o tempo necessário para que os nossos olhos se acostumem à nova condição. O escuro, se nos guiarmos pelos passos dessas/es intercessoras/es, já não poderá ser tomado como uma privação, como mera carência/falta de luz. Mas como outra condição de visão. Aqueles que assim enxergam, tornam-se portadores de outros pontos de vista! Capazes, portanto, de denunciar aquilo que, em suas épocas, era considerado o modo adequado de pensar, de agir, de desejar. Pois cada época erige seus próprios malvados, horríveis, doentes, loucos, selvagens, pseudocientistas. Apenas para lembrar dois formidáveis abusos de época, acompanhando a crítica de Claude Lévi-Strauss, em Totemismo hoje, a pintura de El Greco já foi considerada resultado de uma doença em seu globo ocular, assim como a noção psiquiátrica de histeria serviu para patologizar “os fenômenos humanos que os sábios preferiam considerar exteriores a seu universo moral, a fim de proteger a boa consciência que sentiam em face deste”.

As luzes da nossa época também nos convidam a agir com razoabilidade, empurrando para fora do círculo da nossa boa consciência aquilo que reclama pela singularidade. A bola da vez: as exigências das políticas da diferença. O mecanismo: dizer que são políticas! Curioso reaparecimento do positivismo (Ele havia desaparecido? Não!). Curiosa adesão à neutralidade, suspeitamente ligada aos modos majoritários (o que não significa maiorias quantitativas) de nossa existência. Assim, um ensino branco, cristão, macho, heteronormativo, liberal, adulto, adequa-se ao imperativo da neutralidade, afinal, conforma-se à norma predominante e não exige das/os alunas/os a convivência com a diferença, com as/os diferentes, com as/os outras/os. Eis a iluminação do movimento Escola sem Partido, sua POLÍTICA constituída em camadas geológico-morais bastante profundas. Tudo seria mais fácil se se tratasse apenas de uma disputa legislativa em torno do Projeto de Lei do Senado nº 193 (2016), do Projeto de Lei nº 1.411 (2015) e do Projeto de Lei nº 867/20153.

Neutralidade é uma noção positivista para denotar em filosofia da ciência a relação de imparcialidade (sempre difícil e discutível) entre o pesquisador e seu objeto. Trata-se de uma prerrogativa

por parte do pesquisador de conduzir seus experimentos empíricos sem prenoções axiológicas frente aos fenômenos, com o objetivo de expulsar a política e a moral dos domínios científicos. Neutralidade responde em ciências à sua própria singularidade, de uma busca do ponto arquimediano onde a verdade pode ser alcançada por um sujeito universal (branco, cristão, macho, heteronormativo, liberal, adulto) produzido artificialmente através de experiências. O problema é que essas noções de neutralidade em ciências começaram a ser mobilizadas para registros onde não podem funcionar do mesmo modo. O caso mais claro: na política. E somente por isso, estas são duas vocações diferentes (disso não se pode esquecer). Em política, neutralidade assume um significado completamente diferente do que no âmbito da ciência. Ao contrário de implicar uma não-posição artificial, em política, neutralidade significa uma tomada de posição inativa frente aos acontecimentos. Trata-se de uma posição conservadora e não implicada, refratária à transformação. Neutralidade aqui é uma força para a manutenção do status quo, e, portanto, significa imediatamente assumir uma posição política que resguarda os modos majoritários de existência.

Eis um desejo estratégico de algumas formas de liberalismo avançado, uma leitura tecnocrata de posicionamentos políticos, e que pretendem fazer convergir política e justiça num mesmo véu positivista, no qual a moral e os bons costumes coincidem com o que se quer conservar. Em política não existe ponto arquimediano! Exatamente porque não existe um ponto fora da terra e dos assuntos políticos. Sob esse registro, a voga da neutralidade política de nosso tempo significa, mais uma vez, a manutenção virulenta e autoritária de interesses escusos de um grupo de pessoas irritadas com qualquer pluralidade – curiosamente, em nome da pluralidade!. Só que dessa vez, a falácia da neutralidade cria o benefício estratégico de não tornar os sujeitos responsáveis por suas posições conservadoras. Essa tentativa retórica e falaciosa torna-se clara, toda vez que uma posição política é tomada como o negativo e como alvo de acusação. Porque contra a política se pretende colocar uma posição de imparcialidade onde ela não tem sentido. Porque em política os sujeitos devem ser responsáveis por suas posições.

Imparcialidade em política, assim, significa ou tolice ou uma espúria e covarde estratégia de fazer coincidir política e Estado. Afirmar que o Estado é neutro, como rezam literalmente os Projetos de Lei mencionados, e que por isso os professores devem ser neutros, é uma ladainha impositiva de uma posição política desejada: segundo a qual os professores devem conservar o status quo! Ora, isso nos parece uma forma de doutrinação estabelecida por meio de projetos de leis que reforçam “princípios” constitucionais compreendidos de forma totalmente arbitrária, e que por isso mesmo precisam ser “reforçados”. Aliás, não existe no texto da constituição nenhum princípio de neutralidade como os projetos de lei fazem parecer, mas somente em algumas teorias políticas interessadas!

Assim, de nossa parte, cabe afirmar que essas formas de ação conservadora são posicionamentos políticos que estão completamente em desacordo com a educação política, crítica e plural que defendemos, na qual se ensina e se apreende a debater e conviver com as diferenças, mesmo quando não se tem apreço por elas. Exatamente o que os referidos projetos de lei vilipendiam ao tentar instituir por meio do Direito aquilo que já há algum tempo é a “forma correta de pensar, agir e viver”, e que do ponto de vista dos proponentes, felizmente coincide com as suas convicções políticas, morais e religiosas.

(Por Adalton Marques, Gabriel Pugliese e Delcídes Marques. Site KRISIS – Laboratório de Antropologia Crítica. Publicado em 19/04/2022. Disponível em <https://krisis.univasf.edu.br/index.php/2022/04/19/neutralidadepolitica>).

LINGUA PORTUGUESA

01. Qual é o desiderato primordial das propostas legislativas aludidas no texto, que intentam instituir o Programa Escola sem Partido?

- a) Fomentar a liberdade de expressão e o diálogo polifônico nas instituições educacionais.
- b) Subjugar a forma e a função do ensino, visando evitar a "doutrinação" política e ideológica.
- c) Salvaguardar a neutralidade política do Estado e a imparcialidade docente.
- d) Expandir o acesso ao ensino e fomentar políticas de inclusão nas escolas.

02. Qual é o cerne da crítica apresentada pelo texto em relação à noção de neutralidade política advogada pelos propositores do Programa Escola sem Partido?

- a) A neutralidade política é encarada como uma artimanha para preservar os interesses conservadores e zelar pelo status quo.
- b) A neutralidade política é tida como uma prerrogativa legítima do Estado para assegurar a imparcialidade no contexto educacional.
- c) A neutralidade política é percebida como uma alavanca para promover o debate democrático e a diversidade de concepções.
- d) A neutralidade política é considerada uma abordagem ingênua e inexequível em um contexto político multifacetado e diversificado.

03. Conforme o texto, qual é o principal reparo aos projetos de lei que propugnam a neutralidade política no âmbito educacional?

- a) Eles advogam a liberdade de pensamento e a autonomia pedagógica.
- b) Eles garantem a salvaguarda dos direitos constitucionais dos discentes e dos docentes.
- c) Eles contribuem para uma educação mais justa e equitativa, respeitando as convicções morais e religiosas de todos.
- d) Eles reforçam uma visão conservadora da educação, coarctando o debate e a multiplicidade de ideias.

04. Marque a alternativa correta gramaticalmente:

- a) Preciso que assine a cessão da herança em cartório.
- b) Espero que vocês viagem bem.
- c) Qualquer soluções serão aceitas.

d) Você me deve o concerto da pia que seu filho quebrou.

05. Assinale a alternativa em que há correspondência correta da palavra e seu significado:

- a) Mitigado – Mastigado
- b) Prolixo – Extenso
- c) Escopo – Empecilho
- d) Defeso – Diferente

06. Selecione a opção que apresenta o uso apropriado do sinal indicativo de crase:

- a) Ela estava à espera do resultado do importante exame.
- b) A encomenda chegou à tempo para o grandioso evento.
- c) Eles foram à nobre casa de praia para relaxar.
- d) Vou à renomada escola buscar meu estimado filho.

07. Qual é o tempo e o modo verbal adequado para o verbo destacado na frase "Se Maria tivesse conhecido a verdade, teria agido de forma diferente"?

- a) Pretérito imperfeito do indicativo.
- b) Futuro do presente do subjuntivo.
- c) Pretérito mais-que-perfeito composto do subjuntivo.
- d) Pretérito mais-que-perfeito do indicativo.

08. Na expressão "O caminho mais direto nem sempre é a mais VANTAJOSO", a classe de palavra destacada é:

- a) Adjetivo Uniforme
- b) Advérbio de intensidade.
- c) Adjetivo Biforme.
- d) Conjunção.

09. Assinale a alternativa que apresenta concordância verbal incorreta?

- a) A maioria dos estudantes preferem estudar pela manhã.
- b) Havia pessoas nadando na praia.
- c) Alugam-se carros.
- d) Precisa-se de estagiários.

10. Trata-se do texto que consegue transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras. Não se deve de forma alguma entendê-la como economia de pensamento, isto é, não se deve eliminar passagens substanciais do texto com o único objetivo de reduzi-lo em tamanho. Trata-se, exclusivamente, de excluir palavras inúteis,

redundâncias e passagens que nada acrescentem ao que já foi dito.

O trecho relaciona-se com que atributo da redação oficial:

- a) Clareza
- b) Objetividade
- c) Concisão
- d) Coesão

INFORMATICA

11. Assinale corretamente a assertiva que não representa um tipo comum de computador.

- a) Mainframe
- b) Smartphone
- c) Tablet
- d) Supercomputador

12. Observe os seguintes componentes e assinale aquele que é considerado parte do hardware de um computador.

- a) Sistema Operacional
- b) Microsoft Word
- c) Placa de vídeo
- d) Google Chrome

13. Observe os seguintes exemplos e assinale o que melhor representa um software de edição de imagens.

- a) Microsoft Excel
- b) Photoshop
- c) Mozilla Firefox
- d) Skype

14. Assinale corretamente o protocolo que é utilizado para transferir páginas da web de um servidor para um navegador da web.

- a) FTP
- b) SSH
- c) POP3
- d) HTTP

15. Assinale corretamente o dispositivo que é frequentemente usado para se conectar à internet sem fio.

- a) Roteador
- b) Modem
- c) Switch
- d) Placa de rede

RACIOCINIO LOGICO E MATEMATICA

16. Uma loja concede 20% de desconto para compras acima de R\$ 1.000,00. Um cliente comprou 15% a mais do mínimo estabelecido para receber o desconto. Assinale a assertiva que representa o valor do desconto recebido por esse cliente.

- a) R\$ 230,00
- b) R\$ 150,00
- c) R\$ 180,00
- d) R\$ 320,00

17. Um corretor de imóvel recebe comissão por cada imóvel vendido de $\frac{1}{8}$ do valor integral do imóvel. Em 2023, esse corretor vendeu 2 imóveis, o primeiro no valor de R\$ 180.000,00, o segundo no valor de R\$ 220.000,00. Assinale corretamente a comissão recebida por esse corretor na venda do segundo imóvel.

- a) R\$ 22.500,00
- b) R\$ 27.500,00
- c) R\$ 26.250,00
- d) R\$ 50.000,00

18. Uma indústria leva cerca de 8 horas ininterruptas para fabricar 160.000 unidades de um determinado produto, caso o horário de fabricação seja estendido para 12 horas ininterruptas, quantas unidades do mesmo produto poderão ser fabricadas?

- a) 180.000
- b) 200.000
- c) 210.000
- d) 240.000

19. Observe a seguinte sequência numérica e assinale a assertiva que apresenta o resultado da soma de X + Y.

(1; 4; X; 25; 36; Y; 64)

- a) 35
- b) 42
- c) 58
- d) 62

20. Assinale corretamente o valor de Z na seguinte expressão:

$$Z = \frac{\left(\frac{1}{2} * \frac{2}{5}\right)}{\left(\frac{1}{2} + \frac{2}{5}\right)}$$

- a) $\frac{4}{5}$
- b) $\frac{1}{5}$
- c) $\frac{2}{9}$
- d) $\frac{8}{9}$

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21. Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas na Lei nº 8.429/1992, e notadamente:

- a) recusar-se a receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- b) Não perceber, de forma alguma, vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços.
- c) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- d) Não utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer entidade prevista na Lei nº 8.429/1992.

22. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de, exceto:

- a) atuação conforme a lei e o Direito.
- b) atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, inclusive autorização em lei.
- c) objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- d) atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.

23. O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados, exceto:

- a) ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
- b) ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
- c) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- d) fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

24. São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo, exceto:

- a) expor os fatos conforme a verdade.
- b) proceder com falta de lealdade, urbanidade e boa-fé.
- c) não agir de modo temerário.
- d) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

25. O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados, exceto:

- a) órgão ou autoridade administrativa a que se dirige.
- b) identificação do interessado ou de quem o represente.

- c) a não evidenciação do domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações.
- d) formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos.

26. São legitimados como interessados no processo administrativo, exceto:

- a) pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação.
- b) aqueles que, sem terem iniciado o processo, não tenham direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.
- c) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.
- d) as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

27. Não podem ser objeto de delegação, exceto:

- a) a edição de atos de caráter normativo.
- b) a decisão de recursos administrativos.
- c) as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- d) as matérias cunho público.

28. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

- a) tenha interesse direto ou indireto na matéria.
- b) não tenha participado ou não venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau.
- c) não esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- d) não possua ligação alguma com a matéria a ser julgada.

29. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências. A intimação deverá conter, exceto:

- a) identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa.
- b) valor salarial do intimado.
- c) finalidade da intimação.
- d) data, hora e local em que deve comparecer.

30. Não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos de, exceto:

- a) licitação.
- b) relacionados ao poder sancionador.
- c) em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.
- d) que não possuam qualquer relação ao poder sancionador.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

31. Assinale a seguinte afirmação que está correta em relação à Constituição de 1988.

- a) A Constituição de 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã", foi promulgada durante o regime militar no Brasil, estabelecendo um conjunto de direitos e garantias individuais, além de prever mecanismos de participação popular e democracia direta.
- b) A Constituição de 1988 introduziu mudanças significativas na estrutura do poder executivo, abolindo a figura do presidente da república e estabelecendo um sistema parlamentarista de governo.
- c) A Constituição de 1988 representou um marco histórico na transição do Brasil para a democracia, consolidando princípios como a igualdade, a liberdade de expressão e a separação dos poderes, além de introduzir políticas públicas voltadas para áreas como saúde, educação e assistência social.
- d) A Constituição de 1988 foi elaborada exclusivamente por representantes do governo federal, sem a participação de representantes da sociedade civil, o que gerou críticas sobre sua legitimidade e representatividade.

32. Observe as seguintes afirmações e assinale a que está correta em relação aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988.

- a) A Constituição Federal de 1988 estabelece como um de seus princípios fundamentais a soberania, que se manifesta na capacidade do Estado de exercer seu poder de forma absoluta e sem interferências externas.
- b) A Constituição Federal de 1988 estabelece o princípio da solidariedade como um dos seus fundamentos, promovendo a cooperação entre os entes federativos para a promoção do bem comum e o desenvolvimento nacional.

- c) A Constituição Federal de 1988 não prevê o princípio da dignidade da pessoa humana como um dos seus fundamentos, uma vez que este conceito não era considerado relevante na época de sua promulgação.
- d) A Constituição Federal de 1988 estabelece a prevalência dos interesses individuais sobre os interesses coletivos como um dos seus princípios fundamentais, garantindo a proteção dos direitos individuais em detrimento do bem-estar da sociedade como um todo.

33. Assinale a garantia fundamental da CF de 1988 que prevê a manifestação do pensamento, informação e comunicação, resguardados os direitos à privacidade e à honra.

- a) Liberdade de expressão e de pensamento.
b) Direito a vida.
c) Igualdade perante a lei.
d) Liberdade de crença e culto religioso.

34. Assinale a garantia fundamental da CF de 1988 que prevê o direito de votar e ser votado, o direito à participação no governo, direta ou indiretamente, por meio de representantes eleitos.

- a) Direito a propriedade.
b) Direito político.
c) Igualdade perante a lei.
d) Direito social.

35. Assinale a garantia fundamental da CF de 1988 que se incluem direitos como o direito à saúde, à educação, ao trabalho, à moradia, à previdência social, entre outros, visando assegurar condições mínimas de vida digna para todos os cidadãos.

- a) Direitos políticos.
b) Liberdade de crença e culto religioso.
c) Direito social.
d) Direito a vida.

36. Assinale a garantia fundamental da CF de 1988 que prevê a honra e a imagem das pessoas, assegurando-se o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

- a) Direito a liberdade.
b) Direito à propriedade.
c) Igualdade perante a lei.
d) Direito a intimidade pessoal.

37. Observe as seguintes afirmações e assinale a que está correta em relação à Administração Pública.

- a) A Administração Pública se limita apenas ao âmbito federal, não abrangendo as esferas estaduais e municipais.
b) A Administração Pública é regida exclusivamente pelos princípios da eficiência e da produtividade, não sendo relevante o princípio da legalidade.
c) A Administração Pública é responsável apenas pela execução de políticas públicas, não sendo incumbida da regulamentação e fiscalização das atividades privadas.
d) A Administração Pública é composta por órgãos e entidades que exercem atividades estatais voltadas para o interesse público.

38. Se tratando da administração pública é correto afirmar que:

- a) A Administração Pública é caracterizada pela centralização decisória, não permitindo a participação da sociedade civil na gestão pública.
b) A Administração Pública está vinculada ao princípio da legalidade, devendo atuar de acordo com as leis e normas vigentes.
c) A Administração Pública está sujeita apenas à legislação nacional, não sendo necessária a observância de tratados internacionais.
d) A Administração Pública é desprovida de hierarquia e controle interno, permitindo a autonomia total dos seus órgãos e servidores.

39. De acordo com os conhecimentos constitucionais, pode-se afirmar sobre a administração publique que:

- a) A Administração Pública é pautada exclusivamente pela busca do lucro e pela maximização dos resultados financeiros.
b) A Administração Pública é responsável apenas pela prestação de serviços essenciais, não incluindo atividades como cultura, esporte e lazer.
c) A Administração Pública é responsável pela gestão dos recursos públicos e pela promoção do interesse coletivo.
d) A Administração Pública é imune à fiscalização e ao controle externo, não estando sujeita a auditorias e avaliações de desempenho.

40. Com base na Constituição Federal, pode-se concluir que:

- a)** A Administração Pública é regida pelos princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e legalidade.
- b)** A Administração Pública não possui qualquer tipo de controle social, não permitindo a participação da sociedade na fiscalização de suas ações.
- c)** A Administração Pública é responsável apenas pela execução das leis, não tendo poderes para regulamentar ou editar normas.
- d)** A Administração Pública não está sujeita a princípios éticos e morais, sendo sua atuação pautada exclusivamente pela legalidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Os fundamentos do Direito Administrativo visam manter a estrutura legal e guiar as ações no meio jurídico. Nesse sentido, assinale a assertiva que apresenta corretamente o princípio que indica que cada pessoa envolvida na gestão pública deve comportar-se de forma neutra.

- a)** Princípio da Legalidade.
- b)** Princípio da Impessoalidade.
- c)** Princípio da Publicidade.
- d)** Princípio da Eficiência.

42. No direito temos o que chamamos de fontes do direito administrativo, dentre essas fontes, temos uma que representam as decisões judiciais anteriores que servem como recursos significativos para resolver questões e lacunas, preenchendo as exigências da Constituição. Com base nessas informações, assinale a assertiva que representa corretamente o nome dado a fonte descrita no enunciado.

- a)** Jurisprudências.
- b)** Costumes.
- c)** Doutrinas.
- d)** Instruções Normativas.

43. O poder é uma característica fundamental do Estado, com natureza instrumental, utilizado para promover o bem-estar da sociedade como um todo. Assinale a assertiva que apresenta de forma correta a função atípica do poder legislativo.

- a)** Legislar

- b)** Julgar
- c)** Criar normas
- d)** Modificar normas quando necessário.

44. De acordo com o doutrinador Hely Lopes Meirelles o termo 'governo' pode ser entendido de três maneiras distintas, em uma dessas maneira entende-se que o governo é composto pelas atividades essenciais à coletividade. Nesse sentido, assinale a nomenclatura dada ao governo quanto a visão mencionada.

- a)** Sentido formal
- b)** Sentido operacional
- c)** Sentido material
- d)** Sentido literal

45. Assinale a assertiva que apresenta de forma correta o agente público que possui competências pelas mais altas diretrizes estabelecidas pelo Estado, como também ocupam os mais elevados postos da Administração Pública.

- a)** Agentes políticos
- b)** Agentes administrativos
- c)** Agentes honoríficos
- d)** Agentes delegatários

46. Assinale a assertiva que apresenta de forma correta a definição de agente público.

- a)** Agente Público representa todos os órgãos públicos do Estado.
- b)** Agente Público é o conjunto de pessoas que, de alguma forma, exercem uma função pública como prepostos do Estado.
- c)** Agente Público, nada mais é, do que toda a população que habita em território brasileiro.
- d)** Agente público pode ser representado por todas as entidades privadas que são capazes de operacionalizar o mercado e gerar lucros.

47. Assinale a assertiva que apresenta um exemplo de delegação das atividades organizacionais.

- a)** Realizar as tarefas organizacionais sozinho, evitando assim, a possibilidade de erros praticados por outra pessoa.
- b)** Sempre que possível, concentrar as atividades apenas para pessoas com pouco conhecimento,

para que essas não compreendam o objeto de análise dos problemas.

- c) Sempre concentrar as atividades mais simples às pessoas que possuem preparação para lidar com atividades mais complexas.
- d) Atribuir atividades para todos colaboradores, buscando não sobrecarregar nenhum integrante da equipe.

48. Assinale a característica correta do controle administrativo.

- a) O controle administrativo é exclusivamente aplicável a grandes corporações multinacionais.
- b) O controle administrativo é realizado apenas pelo nível operacional da organização.
- c) O controle administrativo visa apenas corrigir erros e irregularidades após sua ocorrência.
- d) O controle administrativo é uma função gerencial que envolve a avaliação e monitoramento das atividades organizacionais para garantir que os objetivos sejam alcançados de forma eficiente e eficaz.

49. Assinale a característica correta do controle judiciário.

- a) O controle judiciário é exclusivamente aplicável a questões criminais.
- b) O controle judiciário é responsável por garantir a observância das leis e da constituição, exercendo o poder de revisão e interpretação das normas jurídicas.
- c) O controle judiciário visa principalmente regulamentar políticas públicas.
- d) O controle judiciário é realizado apenas por juízes de tribunais superiores.

50. Assinale a assertiva que apresenta uma característica correta da concessão.

- a) Na concessão, o poder público transfere a execução de um serviço público ou a exploração de um bem público para a iniciativa privada por um período determinado.
- b) Na concessão, o poder público mantém total controle operacional e financeiro sobre o serviço ou bem concedido.

- c) Na concessão, a iniciativa privada adquire permanentemente a propriedade do serviço público ou do bem concedido.
- d) Na concessão, não há necessidade de licitação para a seleção do concessionário.

51. Assinale corretamente uma característica do controle legislativo.

- a) No controle legislativo, o poder é exercido pelo Poder Executivo para monitorar a conformidade das leis com a Constituição.
- b) O controle legislativo é realizado exclusivamente pelo Poder Judiciário para garantir a legalidade das ações dos legisladores.
- c) O controle legislativo visa principalmente a fiscalização e supervisão das ações do Poder Executivo.
- d) No controle legislativo, as leis são promulgadas pelo Poder Legislativo sem qualquer forma de revisão ou aprovação.

52. Nas licitações e contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, não podem ser admitidas.

- a) condições decorrentes de acordos internacionais reprovados pelo Congresso Nacional e ratificados pelo Presidente da República.
- b) condições peculiares à seleção e à contratação constantes de normas e procedimentos das agências ou dos organismos, desde que: sejam exigidas para a obtenção do empréstimo ou doação.
- c) condições peculiares à seleção e à contratação constantes de normas e procedimentos das agências ou dos organismos, desde que: não conflitem com os princípios constitucionais em vigor.
- d) condições peculiares à seleção e à contratação constantes de normas e procedimentos das agências ou dos organismos, desde que: sejam indicadas no respectivo contrato de empréstimo ou doação e tenham sido objeto de parecer favorável do órgão jurídico do contratante do financiamento previamente à celebração do referido contrato.

53. A Lei nº 14.133/2021 não se aplica a:

- a) alienação e concessão de direito real de uso de bens.
- b) compra, inclusive por encomenda.
- c) Locação.
- d) contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria.

54. Com base na Lei nº 14.133/2021, denomina-se contratante:

- a) unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública.
- b) pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação.
- c) agente público dotado de poder de decisão.
- d) órgão ou entidade por meio do qual a Administração Pública atua.

55. Para efeitos da Lei nº 14.133/2021, denomina-se contratado:

- a) pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração.
- b) qualquer unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- c) indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública.
- d) unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública.

56. Não configuram serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos.
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral.
- c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias.
- d) compra de qualquer material de expediente.

57. concorrência: é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento não poderá ser:

- a) menor preço.
- b) maior preço.
- c) melhor técnica ou conteúdo artístico.
- d) técnica e preço.

58. Assinale a opção que indica de forma correta o que representa um seguro-garantia em um contrato:

- a) confirma a incapacidade de a entidade continuar um serviço.
- b) garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado.
- c) garante o menor preço para a obra independente de inacabada.
- d) confirma o maior preço para uma obra do Estado.

59. Assinale a assertiva que apresenta corretamente significado de superfaturamento de acordo com Lei nº 14.133/2021.

- a) medição de quantidades suficientes de material em obra.
- b) eficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em sua qualidade, vida útil ou segurança.
- c) dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por: alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado.
- d) Encontrar o menor custo benefício para realização de uma obra.

60. Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei nº 14.133/2021 que preencham os seguintes requisitos, exceto:

- a) Não sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.
- b) tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público.

- c) não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
- d) Que possuam responsabilidades ligadas a licitações e contratos, ou que tenham uma formação adequada, ou que possuam qualificação comprovada por meio de certificação profissional emitida por uma instituição governamental de ensino.

61. Assinale a seguinte afirmação que está correta em relação às licitações públicas.

- a) As licitações públicas visam apenas garantir a participação de grandes empresas.
- b) As licitações são processos que podem ser realizados de forma sigilosa, sem divulgação pública.
- c) Os critérios de julgamento das propostas em uma licitação podem incluir apenas o preço ofertado.
- d) Nas licitações públicas, o princípio da isonomia garante tratamento igualitário a todos os participantes, sem favorecimentos indevidos.

62. Assinale a afirmação que apresenta a correta relação aos tipos de estrutura organizacional.

- a) A estrutura organizacional funcional agrupa os funcionários de acordo com suas especialidades e funções, facilitando a coordenação e a comunicação dentro de cada departamento.
- b) Na estrutura organizacional matricial, os funcionários reportam-se a múltiplos gerentes, o que pode levar a conflitos de autoridade e comunicação.
- c) A estrutura organizacional linear é caracterizada pela divisão do trabalho em equipes multifuncionais, permitindo uma resposta rápida às mudanças no ambiente externo.
- d) A estrutura organizacional em rede é rigidamente hierárquica, com uma cadeia de comando claramente definida e pouca flexibilidade para adaptação às mudanças.

63. Observe as seguintes afirmações e assinale a que está correta em relação aos tipos de natureza das organizações.

- a) Uma organização não governamental (ONG) é uma entidade sem fins lucrativos que atua na sociedade para promover causas sociais, ambientais ou culturais, geralmente financiada por doações, convênios ou fundos de apoio.
- b) Uma organização multinacional é uma empresa que opera em um único país e não tem atividades ou subsidiárias em outros países.
- c) Uma organização cooperativa é uma entidade voltada para o lucro, mas que não distribui dividendos entre seus membros, reinvestindo os ganhos na própria empresa.
- d) Uma organização burocrática é caracterizada por uma estrutura flexível, com tomada de decisões descentralizada e pouca formalidade nos processos internos.

64. Observe as seguintes afirmações e assinale a que está correta em relação aos critérios de departamentalização.

- a) Na departamentalização por processo, as atividades são agrupadas com base na função ou processo que realizam, permitindo uma maior especialização e eficiência na execução das tarefas.
- b) A departamentalização por cliente agrupa as atividades da organização com base nas necessidades e características dos diferentes tipos de clientes atendidos, facilitando um serviço mais personalizado e focado nas demandas específicas de cada grupo de clientes.
- c) A departamentalização por produto é baseada na divisão das atividades de acordo com os diferentes produtos ou linhas de produtos oferecidos pela organização, facilitando o foco e a especialização em cada produto específico.
- d) A departamentalização por localização geográfica agrupa as atividades da organização com base na localização física dos recursos e operações, o que pode facilitar a coordenação e a resposta às demandas locais, mas pode dificultar a comunicação e a coordenação entre unidades distantes.

65. Assinale a afirmação que está correta em relação ao planejamento no processo organizacional.

- a) O planejamento estratégico é de curto prazo e envolve decisões operacionais do dia-a-dia da organização, como a programação de atividades e a alocação de recursos.
- b) O planejamento tático é orientado para o longo prazo e envolve decisões de alto nível, como a definição de metas e objetivos organizacionais de longo prazo.
- c) O planejamento operacional está preocupado com a alocação eficiente de recursos específicos e a realização de tarefas diárias para alcançar as metas estabelecidas pela alta administração.
- d) O planejamento estratégico é realizado no nível operacional da organização e lida com detalhes específicos de implementação de estratégias definidas pela alta administração.

66. Observe as seguintes afirmações e assinale a que está correta em relação à direção no processo organizacional.

- a) A direção é responsável pela definição dos objetivos e estratégias de longo prazo da organização, garantindo a eficiência e eficácia na execução das tarefas diárias.
- b) Na direção, os líderes organizacionais buscam recrutar e selecionar os melhores candidatos para os cargos disponíveis na organização, garantindo um alinhamento adequado com a cultura e os valores organizacionais.
- c) A direção envolve principalmente o monitoramento e controle das operações diárias da organização, garantindo que os funcionários estejam desempenhando suas funções conforme as expectativas e padrões estabelecidos.
- d) Na direção, os líderes da organização motivam, orientam e supervisionam os funcionários, visando alcançar os objetivos organizacionais de forma eficaz e eficiente.

67. A Diretoria Executiva do Conselho Federal dos Técnicos Industriais será composta por, exceto:

- a) Presidente.
- b) Vice-Presidente.
- c) Diretor Administrativo
- d) Coordenador Financeiro.

68. Compete aos conselhos federais, exceto:

- a) zelar pela dignidade, pela independência, pelas prerrogativas e pela valorização do exercício profissional dos técnicos.
- b) editar e alterar o regimento, o código de ética, as normas eleitorais e os provimentos que julgar necessários.
- c) adotar medidas para assegurar o funcionamento regular dos conselhos regionais.
- d) não intervir nos conselhos regionais quando constatada violação desta Lei ou do regimento interno do respectivo conselho.

69. Compete aos conselhos regionais, exceto:

- a) elaborar e alterar os seus regimentos e os demais atos.
- b) cumprir e descumprir o disposto na Lei, no regimento interno e nos demais atos normativos do respectivo conselho federal e em seus próprios atos, no âmbito de sua competência.
- c) criar representações e escritórios descentralizados na sua área de atuação, na forma do regimento interno do respectivo conselho federal.
- d) criar colegiados com finalidades e funções específicas.

70. Constituem recursos dos conselhos, exceto:

- a) doações, legados, juros e receitas patrimoniais.
- b) patrimônio de particulares, sem qualquer prévio aviso.
- c) subvenções.
- d) resultados de convênios.